

HACKEANDO AS ESTRUTURAS: CRÍTICA FEMINISTA E PRÁTICA DEMOCRÁTICA

HACKING THE STRUCTURES: FEMINIST CRITICISM AND DEMOCRATIC PRACTICE

HACKEANDO LAS ESTRUCTURAS: CRÍTICA FEMINISTA Y PRÁCTICA DEMOCRÁTICA

Fernanda Valim Côrtes Miguel

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

fernanda.v.c.mig@gmail.com

Igor Amin Ataídes

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

igoraataides@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute o protagonismo das mulheres e das insurgências feministas e estudantis no Brasil, sobretudo a partir das manifestações e protestos que explodiram a partir de junho de 2013, pontuando uma série de eventos culturais e políticos e de iniciativas que levantaram pautas feministas e lutas de fortalecimento dos direitos das mulheres e de grupos historicamente oprimidos. Partimos da hipótese de que os debates sobre as discussões de gênero, que seguiram ampliando compreensões críticas sobre discriminações de raça, classe, orientação e prática sexual, nacionalidade e identidade de gênero, foram impulsionadas por um conjunto de forças que precisariam ser pensadas dentro da lógica do neoliberalismo global. Nesse sentido, o artigo aproxima uma análise conjuntural e a força das ruas e das manifestações ao papel da *web* e das redes sociais em uma forma estratégica de mobilização política local e global que envolve a popularização e visibilidade de vozes por disputas narrativas. Por fim, refletimos sobre como essas discussões produzem impactos nos modos de se pensar novas formas de escolarização no mundo contemporâneo, sobretudo no Brasil, que desafiem o modelo neoliberal meritocrático e apontem para novas utopias e práticas da liberdade.

Palavras-chave: escola; feminismo; redes; mobilizações; utopias.

ABSTRACT

This article discusses the role of women and feminist and student insurgencies in Brazil, mainly from riots and protests that exploded in June 2013, pointing out a series of cultural and political events and initiatives that raised feminist and political agendas, as well as struggles to strengthen the rights of women and historically oppressed groups. We bring up the hypothesis that debates on gender discussions, which continue to expand considerations

Submetido em: 21 de Fevereiro de 2020.

DOI:

Aprovado em: 12 de Abril de 2020.

<http://dx.doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2020.n33.p129-147.id225>

on race, class, sexual orientation and sexuality, nationality and gender identity discrimination, were driven by a set of forces that needed to be thought within the logic of global neoliberalism. In this sense, this article approximates a conjunctural analysis and the urban demonstrations to the role of the *web* and social networks in a strategic form of local and global political mobilization that involves the popularization and visibility of voices through narrative disputes. We aim to discuss how these relations have an effect on the ways of thinking about new forms of education in the contemporary world, especially in Brazil, which challenge the neoliberal meritocratic model and point to new utopias and practices of freedom.

Keywords: school; feminism; networks; mobilizations; utopias.

RESUMEN

Este artículo analiza el papel de las mujeres y las insurgencias feministas y de los estudiantes en Brasil, sobre todo de las manifestaciones y protestas que estallaron en junio de 2013, puntuando una serie de eventos e iniciativas culturales y políticas que plantearon agendas feministas y luchas por los derechos de las mujeres y los grupos oprimidos históricamente. Nuestro punto de partida es que los debates sobre las discusiones de género, que siguieron ampliando las comprensiones críticas sobre la discriminación de raza, clase, orientación y práctica sexual, nacionalidad e identidad de género, fueron impulsados por un conjunto de fuerzas que necesitarían ser pensadas dentro de la lógica del neoliberalismo global. En este sentido, el artículo propone un acercamiento de análisis coyuntural entre la fuerza de las calles y las manifestaciones, y el papel de la *web* y las redes sociales, en una forma estratégica de movilización política local y global que implica la popularización y visibilidad de voces por disputas narrativas. Por fin, reflexionamos sobre cómo estas discusiones impactan el pensamiento, especialmente en Brasil, sobre las nuevas formas de escolarización en el mundo contemporáneo que desafían el modelo meritocrático neoliberal y apuntan a nuevas utopías y prácticas de libertad.

Palabras clave: escuela; feminismo; redes; movilización; utopías.

*O prazer é um ato de resistência que se
contrapõe ao tédio, ao desinteresse e à apatia
bell hooks*

*Ser capaz de recomeçar sempre, de fazer,
de reconstruir, de não se entregar, de recusar
burocratizar-se mentalmente, de entender e de
viver a vida como processo, como vir a ser...*

Paulo Freire

Introdução

A proposta deste artigo aponta para como as discussões e estudos de gênero e as insurgências das lutas feministas no país se popularizaram e se disseminaram também pelas redes sociais, criando mecanismos de organização local, nacional e global capazes de desafiar as estruturas tradicionais hegemônicas e os circuitos normativos das instituições, não apenas escolares, influenciando a criação de uma nova geração política digital e novas formas de representatividade compartilhada, de atuação estratégica e de divulgação cultural independente. Enquanto em um plano cultural, nas últimas décadas, assistimos a uma ampliação dos acessos da população mais pobre às políticas sociais, à educação pública superior, através do incentivo à política das cotas, criação de universidades públicas, inclusão social e tentativas mais atuantes de reparações históricas da sociedade brasileira, também vivenciamos um forte movimento local e global de resposta conservadora às recentes conquistas e tentativas de democratização dos acessos culturais, políticos e sociais. Essas forças conservadoras, atreladas ao fundamentalismo religioso, ao neoliberalismo e à lógica bélico-militar, parecem ter sido alimentadas pela crise do capitalismo global; pelo clima de insegurança gerado pelas disputas de poder entre mercados; pela exploração dos recursos naturais, como o caso do petróleo; pelas fortes ondas migratórias de refugiados¹ geradas pelas guerras, em contraponto ao medo criado pelo neoliberalismo, produtor de discursos ultranacionalistas; a destruição das riquezas naturais e do ecossistema em nome de um mercado predatório sem limites; disputas pela dominação virtual das informações e manipulação ideológica dos dados a serviço de interesses dos Estados Nacionais². No caso brasileiro, essa resposta conservadora se manifestou através do golpe³ político, judiciário e midiático de 2016 que culminou no impedimento da presidenta Dilma Rousseff – primeira mulher e professora a assumir a presidência da república no país – e na criação de uma lacuna no espaço da representatividade democrática para o ressurgimento oportuno dos discursos de ódio, perseguições contra minorias e escalada do autoritarismo neofascista, representado pela eleição de Jair Bolsonaro.

Esta introdução propõe um convite para pensarmos sobre algumas questões importantes deste nosso momento histórico e político e que envolvem as lutas e os impactos expressivos de reivindicações feministas, dentro e fora das escolas e das universidades, sobretudo na sociedade brasileira das últimas duas décadas. Ao longo do texto, destacamos impressões e leituras coletivas sobre uma nova geração de mulheres, uma nova geração política, na qual nos incluímos, e que percebemos mais de perto através de estudantes que têm se movimentado na luta pelo direito à uma escola pública qualificada, capaz de atender a seus anseios e sonhos e de despertar a consciência crítica e sensível no sentido de produzir ações sobre o mundo e sua transformação. Essa nova geração vem construindo e nos

¹ Acompanhe os dados da ONU de 2015 que apontam para a existência de 25 milhões de refugiados e expatriados no mundo.

² Indicamos aqui o documentário estadunidense *Privacidade Hackeada* (2019), dirigido por Karim Amer e Jehane Noujaim.

³ Indicamos aqui o documentário brasileiro *Democracia em Vertigem* (2019), dirigido por Petra Costa.

ensinando novas estratégias como formas de resistência e combate à hegemonia dos sistemas de opressão e de repressão: o capitalismo neoliberal, o neocolonialismo, o patriarcado, o heterossexismo normativo e formas de imperialismo global. Destacamos a importância fundamental das ativistas, teóricas e realizadoras que iniciaram discussões mais profundas sobre a representação das mulheres, a partir do movimento de emancipação feminista da década de 1970 em diante, a partir das discussões da virada estruturalista e reverberação dos estudos sobre os feminismos da diferença.

Crítica feminista e estudos de gênero

O conservadorismo autoritário atual ameaça os debates em torno das questões de gênero, das questões transgênero e das lutas populares, democráticas e feministas, e isso não pode passar despercebido. Contraditoriamente à ascensão dos discursos violentos e intransigentes de ódio, as discussões feministas têm avançado também no campo acadêmico nas últimas décadas, muito em função das lutas e articulações dos movimentos sociais em várias partes do mundo. O nosso empoderamento recente parece dialogar com os caminhos historicamente trilhados por nossas precursoras e veteranas de luta e nos convida a um exame crítico sobre os limites desses avanços em amplas esferas. Em uma de suas formulações, bell hooks (2000) argumenta que o feminismo não é propriamente um movimento pela igualdade, mas uma luta contra a opressão, uma luta contra a violência. A autora reconhece que as opressões são múltiplas e sobrepostas e que não estão confinadas ao sexismo, mas se expressam em outros locais, como nas relações de classe, no racismo e no heterossexismo. Essa noção de interseccionalidade, já bastante explorada nos movimentos e discussões mais recentes, foi formulada pela ativista, advogada e acadêmica Kimberlé Crenshaw em uma palestra seminal dada por ela no *Fórum Legal da Universidade de Chicago*, que ficou conhecida como uma *teoria crítica da raça*. Nela, Crenshaw procurava justificar a criação de um instrumento jurídico na tentativa de se fazer uma justiça mais criteriosa e mais legítima a partir do argumento de que havia infinitas formas de exclusões interseccionais, não apenas relativas às mulheres negras, mas também às deficientes, imigrantes, indígenas e outras variáveis discriminatórias.

Nancy Fraser (2006) oferece um panorama interessante em que coloca em perspectiva as sucessivas ondas feministas e suas principais demandas, desde as lutas iniciais em nome da justiça econômica – como a redistribuição de papéis sociais e a remuneração no trabalho – até as demandas mais atuais – como o reconhecimento das diferenças na igualdade e da igualdade na diferença, em que a noção de gênero é recolocada sobretudo como construção cultural e historicamente constituída, se afastando das heranças dualistas, essencialistas e heteronormativas. Nesta última década, assistimos ao crescimento da demanda pela justiça política, na qual a noção de “lugar de fala” e o poder da linguagem foram tomados como plano central das agendas e dos debates, o que aponta para o fim da mediação discursiva e contesta a divisão excludente dos acessos da mulher aos espaços políticos. Isso vem sendo sentido de maneira expressiva em vários campos de atividade, como no artístico, no literário, no audiovisual, no escolar e universitário, ainda que – e não

nos enganemos – o contexto capitalista já tenha também cooptado parte dessas discussões através de apropriações culturais perigosas, criando uma falsa ideia de inclusão progressista, questionamento do racismo estrutural e empoderamento social, para seguir inconscientemente reforçando a marginalização dos grupos socialmente visibilizados e oprimidos, já que pouca coisa parece ter sido estruturalmente transformada.

Pontuando ideias importantes no panorama em que se desenvolviam os estudos feministas, os discursos sobre identidade foram conquistando posições mais flexíveis, passando então a se assumirem como estudos de gênero. Essa mudança acontece em 1975, quando a antropologia começa a questionar a centralidade categórica das grandes narrativas. Gayle Rubin enfrenta Lévi-Strauss e usa pela primeira vez o termo gênero, afirmando a existência de um sistema de sexo-gênero associado à passagem da natureza para a cultura, oferecendo ali uma futura elaboração do conceito de gênero. Em *This Bridge Called My Back: Writings by Radical Women of Color* (1981), Gloria Anzaldúa apresenta a ideia de uma consciência mestiça e dos feminismos da diferença: seu lugar de escritora chicana, às margens do cânone, traz intervenções das mulheres feministas “de cor” – negras, latinas, lésbicas, judias e mulheres do Terceiro Mundo – para o centro do debate feminista norte-americano. Muitos desses textos nunca foram traduzidos para o português, muitos demoraram para circular entre nós, outros chegaram e vêm chegando apenas mais recentemente.

Chamamos atenção aqui para uma série de escritoras e críticas feministas, para o chamado *boom* teórico da terceira onda feminista, ponte de viradas epistemológicas, e para publicações que foram fundamentais, especialmente na trajetória dos estudos literários e dos estudos de gênero. É o caso do importante texto de Gayatri Spivak, *Pode o subalterno falar?* (2010), ao abrir o campo de debates sobre as posicionalidades dos sujeitos em quadros de dominação colonial e racial. Também da importância de autoras como Donna Haraway (2000), implacável contra os essencialismos ao lançar seu *Manifesto ciborgue*, chamando a atenção dos leitores para essa estranha figura do ciborgue, situada entre o animal e a máquina, uma criatura pós-gênero que apagava os marcadores binários das definições identitárias, apontando para novas formas híbridas de identidade. Teresa de Lauretis, com a noção de *tecnologias de gênero* (1987), passa a ser reconhecida como a primeira feminista a usar o termo *queer* como atravessamento das barreiras de gênero. Já Judith Butler, em seu *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* (2013), acaba marcando um ponto de virada dos estudos de gênero ao trazer a noção de performatividade de gênero, e da categoria de gênero como algo fluido, socialmente construído. As discussões da crítica feminista avançam ao lado do fortalecimento das lutas anticapitalistas, contra as opressões e pelos direitos das mulheres e dos grupos LGBTQI+.

Mulheres, redes e lutas

Falar sobre a emancipação das mulheres na sociedade brasileira, especialmente nas duas últimas décadas, da chamada geração 00, é também dar visibilidade para as lutas, para as pautas e reivindicações dos movimentos sociais e dos movimentos feministas de maneira mais ampla. Dessa forma, importa pensarmos sobre os desafios a nós colocados diante desses novos cenários de crescimento do autoritarismo local e global. Nesse sentido, destacamos

alguns acontecimentos pontuais ocorridos em nosso país nos últimos anos e que nos parecem de extrema relevância para a elaboração de uma leitura mais ampla e crítica sobre o tema aqui proposto a partir do interesse em problematizar o avanço e o fortalecimento das lutas e pautas feministas, ou talvez uma maior repercussão dessas lutas, sentida em vários planos, que ultrapassam, inclusive, as fronteiras nacionais.

Essas lutas sociais parecem profundamente relacionadas com o crescente investimento acadêmico no estudo dos discursos de gênero e nas discussões sobre os problemas da identidade e da representatividade no mundo global contemporâneo, que passam a ser agora violentamente atacados. Convidamos os leitores e leitoras a acompanhar um brevíssimo panorama de alguns acontecimentos emblemáticos do país, nos últimos anos, e de imagens simbólicas de mulheres que protagonizaram lutas fundamentais, que certamente constituem uma trajetória histórica que atravessa os muros de nossas escolas e universidades, inspirando sonhos, resistências e o surgimento de novas lideranças políticas, especialmente entre as mulheres.

Começamos pela lembrança da imagem de Dorothy Stang, 73 anos, a partir seguinte pergunta: por que morrem nossas mulheres? Conhecida como Irmã Dorothy, ela foi assassinada com 6 tiros no dia 12 de fevereiro de 2005 em Anapu, no Pará. Religiosa estadunidense naturalizada brasileira, ela que veio para o Brasil em defesa dos direitos humanos, com a missão de desenvolver um trabalho pastoral junto às comunidades trabalhadoras, em defesa dos conflitos sociais no local. Irmã Dorothy pertencia à congregação católica internacional, congregação que reúne mais de duas mil mulheres que realizam trabalho pastoral nos cinco continentes do mundo. Ela era defensora da reforma agrária, do desenvolvimento sustentável e ambiental na região da Transamazônica, no Pará, e lutou a favor dos camponeses, lavradores e pequenos produtores rurais da região, contra os interesses dos grandes fazendeiros, pecuaristas e madeireiros do Norte do país. Sua morte se tornou um símbolo da luta pela reforma agrária como forma de diminuir os conflitos violentos no campo, que foi uma de suas principais bandeiras ao longo de sua vida.

Nossa segunda imagem é a de Dilma Rousseff, eleita em 2011 como a primeira presidenta do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores. Para além das análises políticas que apontam para a existência de uma continuidade do projeto neodesenvolvimentista nos governos do PT, especialmente em relação à manutenção econômica dos benefícios do grande empresariado nacional⁴, interessa-nos aqui o fato dela ter sido a primeira mulher na nossa história a assumir o cargo de autoridade máxima do poder Executivo do Estado brasileiro. Além disso, parte dessas mesmas análises políticas pontuam igualmente a importância significativa das políticas sociais implementadas nos governos do PT – como o aumento do salário mínimo; a lei que regulamenta a profissão de empregadas domésticas; as políticas assistencialistas, como o bolsa família e o minha casa minha vida; a política de cotas nas universidades e em outras instituições – e que passaram a incomodar frações de classes sociais médias e mais elevadas, que tiveram parte de seus privilégios abalados, embora não necessariamente substituídos ou aniquilados. Essa palavra, “presidenta”, se tornou também motivo de muitas discussões na época, porque muitos acreditavam que ela

⁴ Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT (2018), de Armando Boito Jr.

estava errada, na perspectiva da gramática tradicional, ou não existia. O fato é que, mais do que existir ou estar correta do ponto de vista normativo, a palavra, o discurso, marca um espaço simbólico de disputas de poder. Junto às discussões em torno do uso da palavra “presidenta”, somaram-se e passaram a se fortalecer uma série de outros questionamentos relacionados ao logocentrismo e à herança de uma linguagem marcada também pelo falocentrismo e pelo racismo estrutural, da marcação patriarcal e masculina como universal na língua e na cultura. Observou-se, nos usos cotidianos da linguagem nas redes virtuais, uma intensificação das marcas de “@” e “X” como marcações indeterminadas de gênero em lugar da marca dicotômica masculina ou feminina determinada das palavras. Esses usos passaram a trazer o hibridismo na linguagem como forma de resistência simbólica, marcando o espaço de visibilidade das problemáticas das lutas travadas também na materialidade discursiva e pela contestação de uma suposta universalidade branca e masculina, através da grafia das palavras, no uso da língua verbal escrita.

Por que são impedidas nossas mulheres? No dia 17 de abril de 2016, assistimos atônitos às comemorações dos deputados e à votação do *impeachment* ou impedimento da presidenta Dilma Rousseff no Senado. Após o voto crucial de Bruno Araújo (PSDB), responsável pelo voto definitivo que consolidou o golpe de Estado de 2016, os demais deputados – em sua maioria homens brancos cisgênero – cantavam, “Sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, reforçando traços de um nacionalismo conservador que caminharia para uma radicalização autoritária e neofascista de nosso contexto atual, enquanto fogos de artifícios eram ouvidos nas ruas por todo o país. Recordemos também dos episódios em que a presidenta foi hostilizada, através de gritos sexistas – como “Vaca” – durante a Copa das Confederações, em 2013, e na abertura da Copa do Mundo no Brasil, em 2014.

A terceira imagem é de uma foto⁵ da Mídia Ninja⁶, de junho de 2013, que ganhou visibilidade e circulou na grande mídia a partir de um episódio que ficou amplamente conhecido como Jornadas de Junho. Na foto, a praça dos três poderes de Brasília é tomada por manifestantes e as sombras de seus corpos são projetadas em grande escala nas paredes externas do edifício da Câmara dos Deputados. Ivana Bentes, em seu texto “Hackear, narrar: as novas linguagens do ativismo” (2015), destaca a produção de novas narrativas políticas a partir da atuação dos midiativistas. Um exemplo disso é justamente a Mídia Ninja, que teve uma importância fundamental na reconfiguração midiática:

Os Ninjas, inspirados na ética hacker e na cultura digital, tomaram como prática o “hackeamento” das narrativas, o que significa dizer que, além de produzirem um contradiscurso em torno das manifestações, também pautaram a mídia corporativa e os telejornais em alguns episódios, notadamente o que revelou policiais infiltrados à paisana jogando

⁵ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/15/cinco-anos-depois-o-que-ficou-das-jornadas-de-junho/>.

⁶ O canal Mídia Ninja é uma rede de colaboração livre no modo de produzir e distribuir a informação através do uso das novas tecnologias, e vem sendo responsável por uma lógica colaborativa de criação e compartilhamento de conteúdo e informação que rompeu com o monopólio vertical dos grandes meios de comunicação. Acesse em: <https://midianinja.org>.

coquetéis molotov na multidão, entre outras práticas arbitrárias (implantação de “provas”, abusos policiais etc.) (BENTES, 2015, p.52-53).

Como mostra Maria Bogado (2018), em seu texto “Rua”, o ano de 2013 já tinha sido marcado por pequenas manifestações relacionadas ao aumento do preço do transporte público em várias cidades. Tivemos protestos marcados em todo o país, desde março daquele ano, em que os manifestantes criticavam o aumento das tarifas em cidades como Manaus, Porto Alegre, Goiânia, Brasília. Em São Paulo, dia 19 de maio, o Movimento Passe Livre (MPL)⁷ promoveu ações na Virada Cultural – a partir da pauta de tarifa zero e melhoria do transporte público – que encaminhou manifestantes para protestos históricos, nos dias 5, 10, 11 e 13 de junho, que reuniram mais de 5 mil manifestantes nas ruas. Os atos foram reprimidos com forte violência policial. A partir de então, o movimento foi ganhando novos adeptos⁸, assim como a frase “não são só 0,20” passou a ser estampada em cartazes, muros e a circular nas redes sociais. Ao longo do mês de junho, as redes viralizaram vídeos, relatos e fotos em tempo real, difundindo um mapa colaborativo das Jornadas de Junho. Os milhões de compartilhamentos no Twitter traziam as *hashtags* #VemPraRua e #VemPraJanela. No dia 20 de junho, o país se surpreendeu com mais de 1 milhão de pessoas ocupando 130 cidades do país. A frase: “Desculpem o transtorno, estamos mudando o país”⁹ também foi muito difundida entre os manifestantes, em grande parte, jovens estudantes. Ivana Bentes aponta para como as Jornadas indicaram contornos dessa nova geração política que se construía em muitas frentes, criando novas linguagens desses movimentos urbanos. Destacamos aqui a importância do corpo como espaço político de reivindicação, como o das mulheres da Marcha das Vadias¹⁰, nas manifestações de junho em São Paulo, Brasília e em todo o país, que exibiam seus seios e corpos pintados, apontando para a relevância das

⁷ Indicamos a leitura da pesquisa de Paulo Roberto Spina (2016), *O movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013*.

⁸ Importante esclarecermos aqui que movimentos como o MPL abriram espaço para outras pautas e reivindicações populares, que envolviam não apenas manifestação contra a má qualidade e o alto custo dos serviços públicos no país, como era o caso do aumento no preço da tarifa do transporte, mas também como uma resposta das ruas contra a implementação de projetos como a “cura gay” e as PECs 37 e 33 que tramitavam no Congresso Nacional; contra a corrupção política e a impunidade; contra a violenta repressão policial aos protestos anteriores; contra os gastos públicos exorbitantes em eventos esportivos internacionais. O agrupamento de pessoas de diferentes movimentos que se juntaram voluntariamente às manifestações de junho de 2013. Parte das manifestações posteriores parece ter sido apropriada por frações diversas de classes sociais, com interesses econômicos e sociais muitas vezes divergentes. Da mesma forma que se juntaram a elas outros movimentos sociais e organizações, para dar apoio às mobilizações, também tivemos grupos de extrema direita que pediam o retorno à ditadura militar.

⁹ Ver documentário *Espero sua re(volta)* (2019), dirigido por Eliza Capai, que aborda a resistência dos estudantes secundaristas de 191 escolas de São Paulo em resposta às propostas de mudanças nas políticas de oferta e distribuição de turmas na rede pública estadual de educação, além de outras medidas autoritárias. O documentário acompanha o ponto de vista de três jovens integrantes do movimento estudantil que ganhou força a partir de 2015, trazendo imagens de arquivo de manifestações desde 2013, tentando compreender as principais pautas das manifestações.

¹⁰ A Marcha das Vadias – traduzido do inglês *Slut Walk* – foi criada em 2011 em Toronto, no Canadá, após a fala de um oficial de segurança, na Universidade de Toronto, ter orientado as mulheres a “não se vestirem como vadias”, como medida de segurança contra o estupro. A fala do policial causou revolta entre as mulheres, que foram às ruas se manifestar pelo fim da violência contra as mulheres.

discussões de gênero, reivindicando autonomia sobre seus corpos e mobilizando milhares de pessoas pelo fim da violência contra as mulheres, fim do machismo e da culpabilização delas pelo estupro. Os protestos reverberaram por vários países, como Argentina, México e Estados Unidos, gerando marchas organizadas prioritariamente pelas redes sociais. No Brasil, as marchas traziam gritos e cartazes, como “se ser vadia é ser livre, somos todas vadias”; “o corpo é meu, a cidade é nossa”; “meu corpo, minhas regras”, enfatizando o direito das mulheres poderem se vestir e agir livremente, sem que isso justificasse sua agressão e violação. Também assistimos a manifestações dos corpos nus de ciclistas nas ruas de São Paulo, denunciando suas mortes numa cultura dominada por automóveis¹¹.

Poderíamos citar ainda a presença manifesta dos corpos em risco e o confronto dos *Black Blocs*¹² que se dão nesse mesmo momento. É importante pensarmos na importância dos corpos nessas manifestações, em suas inserções e posturas ativas, manifestadamente políticas. Ivana Bentes destaca a atuação dos midiativistas, como o Mídia Ninja e os jornalistas livres, por exemplo, na promoção de novas narrativas políticas, diferentes da cobertura realizada pela grande mídia – muitas vezes chegando até a pautá-las¹³ –, produzindo um contradiscurso em torno do sentido das manifestações. Os manifestantes se mantinham anônimos, frustrando a busca por possíveis lideranças ou hierarquias na estrutura dos movimentos. Trazemos o exemplo das Jornadas como um marco também dos movimentos feministas no sentido de pensarmos que a partir delas pudemos testemunhar um tipo de ativismo que nasceu nas redes sociais e numa organização que passou a integrar interesses diversos, com heterogeneidade de posições. A força da multidão parecia ter criado na juventude da rua um certo sentimento de pertencimento provisório. É interessante lembrar que tivemos manifestações similares ao redor do mundo¹⁴ em 2013, convocadas de forma autônoma através das redes sociais, por iniciativa de internautas aparentemente sem representações partidárias. Se é possível pensarmos coletivamente sobre elas, apontamos para uma marcada autonomia de seus participantes, que ampliaram o espaço de ação política, pensando estratégias possíveis de pressionar as instituições “do lado de fora”¹⁵. Muitos

¹¹ Ver reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/16/ciclistas-pedalam-nus-pela-avenida-paulista.ghtml>.

¹² Integrantes do *Black Bloc* ficaram conhecidos pela participação massiva nas manifestações de 2013 e muitas vezes estigmatizados pelo olhar superficial da cobertura jornalística da grande imprensa, que os vincularam a um grupo violento, depredador ou terrorista, que fazia uso de máscaras ou panos pretos para cobrir o rosto e não ter sua identidade revelada. Black bloc é uma ação conjunta, uma tática coletiva empreendida por grupos anticapitalistas e anarquistas que se reúnem para protestarem, destruírem objetos que simbolizam a globalização e o capitalismo selvagem em manifestações de rua, na tentativa de desafiar a ordem estabelecida e se oporem às ações repressivas e violentas do Estado. Indicamos aqui o documentário sueco *Surplus: Terrorized Into Being Consumers* (2003), dirigido por Erik Gandini. Também o livro *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc* (2014), da socióloga Esther Solano e dos jornalistas Bruno Paes Manso e Willian Novaes.

¹³ Na prática jornalística, a pauta é o recorte escolhido pelo editor da matéria ou pelo jornalista, aquilo que determina o recorte da reportagem e como ela será veiculada entre os meios de comunicação de massa.

¹⁴ As manifestações no Brasil seguiram o mesmo processo de “propagação viral” de protestos em outros países, como a Primavera Árabe, no mundo árabe, Occupy Wall St, nos Estados Unidos, e Los Indignados, na Espanha. Essas manifestações, em sua maior parte, foram convocadas via redes sociais. O caso da Primavera Árabe é significativo, pois assistimos à atuação de um jovem ativista, via twitter, burlando a censura digital de seu país. <https://www.dw.com/pt-br/insatisfa%C3%A7%C3%A3o-e-ocupa%C3%A7%C3%A3o-de-ruas-unem-jovens-ativistas-pelo-mundo/a-16890082>

¹⁵ Fazemos referência aqui às discussões de Maria Bogado, no texto “Rua” (2018, p.27), quando ela comenta

teóricos apontam para uma crise democrática ou política¹⁶ notória, instituída naquele momento no país, da qual as Jornadas de Junho de 2013 foram expressão simbólica, especialmente porque o movimento das ruas apontava para uma desconfiança radical nas formas de representação tradicional, negando mais amplamente um modo historicamente condicionado de fazer política, na qual a suposta democracia se restringia a pequenas formas de participação popular, na verdade muito pouco participativas, e a um engessamento hegemônico nos modelos de representação política.

No mesmo ano do impedimento da presidenta, em 2016, tivemos marcos das Primaveras dos Secundaristas, com escolas ocupadas em todo o país para protestar contra a Reforma do Ensino Médio e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC241/2016), que propunha congelar os gastos públicos do Estado por vinte anos, e que ficou conhecida amplamente como a “PEC do fim do mundo”. A primavera dos secundaristas não deixou de ecoar a Primavera Feminista, e as meninas passavam a questionar proibições naturalizadas, como a de usarem shorts e saias e mostrarem as pernas nas escolas. Nesse contexto, o lançamento do filme *Lute como uma menina!* (2016), dá ampla visibilidade e faz crítica ao sexismo estrutural existente também nas relações escolares. A *hashtag*, #luteComoUmaMenina, se tornou, a partir de então, um lema de luta amplamente popularizado.

Nesse sentido, a quarta imagem é anunciada neste depoimento de uma estudante secundarista¹⁷, participante da ocupação do Colégio Pedro Segundo, em 2013, no Rio de Janeiro. A partir dele, observamos a percepção da jovem sobre a relevância e a representação do feminismo nas manifestações:

Eu vejo muita gente hoje negligenciando a importância das jornadas de junho de 2013. Acho que todas essas pessoas que foram pra rua, de todos os posicionamentos políticos, descobriram uma força incrível que antes não conheciam. Para os movimentos das minorias isso é muito importante. O feminismo teve um boom depois de 2013, o movimento negro também. Eu vejo que a nossa juventude está caminhando no sentido de incluir a política nas nossas relações, no dia a dia. Então por isso é que sofremos essa guinada conservadora, ela é uma resposta a esse processo de conscientização pelo qual estamos passando (Isabella Dias, estudante secundarista, 2017).

O depoimento é de profunda relevância para a tentativa de compreensão mais ampla sobre a influência das Jornadas de Junho e da ampliação das lutas feministas nas ocupações

que o MBL e o ativismo dos *Black Blocs* mostraram a possibilidade da criação de vozes sem a mediação de representantes políticos, ampliando os espaços das ações políticas e pressionando as instituições do lado de fora. Para a autora, essas foram características de manifestações similares ocorridas ao redor do mundo. Citando anônimos do Comitê Invisível, ela mostra os laços e ações diretas criadas nas ocupações coletivas dos espaços públicos que não partiriam mais de ideologias políticas, mas de “verdades éticas”.

¹⁶ Assistir à 5ª Aula do Curso livre “O golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, proferida pelo professor Francisco Foot Hardman - IEL/Unicamp, disponível em: <https://www.facebook.com/UnicampIFCH/videos/1599684356766867/>.

¹⁷ Entrevista disponível em *Revista Agulha*, 12 de março de 2017. Disponível em: https://issuu.com/agulha.cc/docs/agulha_2_online.

de mais de duzentas escolas estaduais de São Paulo, em 2015, organizada pelos estudantes secundaristas contra a Reforma do Ensino Médio proposta pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB), que pretendia fechar noventa e duas escolas e transferir trezentos mil alunos. Entre as pautas do movimento, estava a defesa de escolas públicas mais qualificadas, com salas de aula menos numerosas e proposta expressiva de mudanças curriculares, como a necessidade de incorporação de discussões culturais, filosóficas, políticas e sociais – na contramão das reformas recentes –, além do uso dos espaços físicos das instituições e de materiais apartados do uso coletivo, como instrumentos musicais, vidrarias de laboratórios de ciências, filmes, materiais didáticos e esportivos, bibliotecas e teatros.

Documentários como *Espero sua re(volta)* (2019) e *Lute como uma menina* (2016) mostram a organização dos estudantes nas escolas e nas ruas, numa articulação autônoma, sem lideranças ou partidos, inspirada na cartilha *O Mal Educado*, sobre “como ocupar um colégio?”, manual escrito por estudantes secundaristas Argentinos e Chilenos. Estratégias como a dos microfones humanos, para propagar a voz coletiva do movimento, foram recorrentes, além do protagonismo das mulheres como lideranças políticas das ocupações, dando visibilidade ao sexismo estrutural, também presente nas relações escolares. As estudantes mostraram que a tomada de consciência feminista nos ambientes escolares poderia ser levada para suas relações interpessoais e para suas casas, ensinada e partilhada com as gerações anteriores, como mães, irmãs, tias e avós. Essas ocupações se alastraram em seguida por todo o país, com mais de mil escolas ocupadas em pelo menos sete estados, ganhando visibilidade e pressionando a sociedade civil e os representantes a revogarem a reforma.

Na sequência às Jornadas de Junho, as mulheres seguiram protagonizando com destaque evidente uma série de eventos pelo país. Em 2015, tivemos uma forte reação, com mobilizações em todo o país, diante do retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013 na Comissão de Constituição e Justiça, apresentado por Eduardo Cunha, e que dificultava o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais. Essas vozes coletivas se somaram em um ato nacional pelo “Fora Cunha!”. Agora tínhamos nas ruas mulheres com seus filhos e filhas marcando a *hashtag* #MãesECriasContraCunha. Poucos dias depois, presenciamos em Brasília a Primeira Marcha das Mulheres Negras, com 50 mil ativistas de todo o país. Pareceu crescer também, a partir daí, a luta antirracista, com a união das diferenças: mulheres jovens, cotistas, quilombolas, feministas, cristãs, lésbicas, mulheres trans, anarquistas, idosas, bissexuais, trabalhadoras domésticas, sem terras, refugiadas, mães, autônomas. A quinta marcha das trabalhadoras do campo, conhecida como *Marcha das Margaridas*¹⁸, reuniu 70 mil mulheres em Brasília em agosto de 2015. Esses novos modos de organização dos ativismos feministas, a partir de junho de 2013 – a priorização dos coletivos, a linguagem política do uso do corpo, da nudez e das performances como desestruturação das relações de poder, a recusa pela marcação de lideranças – parece ter unido diferenças em torno de pelo menos uma afinidade: a violência contra a mulher e a

¹⁸ O nome da marcha é uma homenagem a Margarida Alves, trabalhadora rural assassinada em 1983 ao reivindicar direitos para as trabalhadoras do campo em Paraíba. O movimento nasceu em 2000 durante a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), auto definida como “feminista e anticapitalista” (BOGADO, 2018, p.32).

opressão. As manifestações tiveram a marca de novas lideranças feministas. Destaque também para o tema do Enem, Exame Nacional do Ensino Médio de 2015, no qual os alunos tiveram que fazer a redação sobre “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira”, gerando impactos expressivos e reverberando as discussões como tema de entrada para as universidades públicas de todo o país.

O ano de 2015 também contou com uma expressiva insurgência feminista no cinema e no campo das produções audiovisuais brasileiras. Como aponta Érica Sarmet e Marina Tedesco (2018), os debates sobre os direitos das mulheres foram impulsionados por um conjunto de forças. No contexto internacional, tivemos a 87ª cerimônia do Oscar, em Hollywood, questionado pela ausência de premiações a atores, atrizes, diretores e produtores negros. O evento deu visibilidade a pautas feministas através dos discursos de Patricia Arquette¹⁹ e Viola Davis²⁰ e motivou a popularização na rede de *hashtags* como #OscarSoWhite e #AskHerMore, pressionando jornalistas a fazerem perguntas mais relevantes às mulheres presentes na premiação. No contexto nacional, tivemos o lançamento do filme *Que horas ela volta?* (2015), escrito e dirigido por Anna Muylaert, que bateu recordes de bilheteria no ano de seu lançamento, suscitando uma série de discussões, especialmente após a polêmica envolvida em um dos debates sobre o filme, em Recife, em que os cineastas e parceiros de trabalho, Claudio Assis e Lírio Ferreira, foram acusados de machismo em função das interrupções constantes em relação à fala da diretora²¹. Episódios como esse tiveram ampla repercussão na internet, assim como a projeção cultural de nossas produções em festivais internacionais, além da vigilância e criação de ONGs feministas, como o Instituto Geena Davis²² sobre gênero na Mídia, responsável por divulgar informações sobre a presença feminina nas telas. Assistimos a trajetórias diferentes daquelas impostas pelo circuito tradicional em curtas-metragens como o *Kbela* (2015), de Yasmin Thayná, que teve financiamento coletivo na internet e estreou numa sessão popular do Cine Odeon, no Rio de Janeiro, circulando antes em assentamentos, escolas públicas, praças abertas e cineclubes ao invés de ser inédito nos festivais de cinema.

Outras manifestações em redes sociais, como o Facebook e o Twitter, ganharam expressiva repercussão mundial, em 2017, sobre violência sexual contra meninas com as *hashtags* #PrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, viralizando depoimentos de mulheres e histórias íntimas dos assédios vivenciados por elas desde a primeira infância. Na segunda campanha – #MeuAmigoSecreto –, mulheres relatavam casos de comportamentos machistas por parte de pessoas de suas convivências, sem revelar os nomes. A *hashtag* faz referência à brincadeira de fim de ano, na qual um amigo descreve características do outro para, em

¹⁹ O discurso de Patricia Arquette na cerimônia do Oscar reafirmava a necessidade de igualdade salarial e direitos iguais para as mulheres dos Estados Unidos da América. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Iz6CjOO0HMK>.

²⁰ O discurso de Viola Davis no Emmy Award apontava para a necessidade de maiores oportunidades para as mulheres negras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qcMn2XkunL4>.

²¹ Os cineastas também foram acusados de subirem ao palco bêbados e sem terem sido diretamente convidados. Outras acusações estão relacionadas a ofensas de gordofobia e homofobia. Matéria disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2015/09/que-horas-ela-volta-claudio-assis-polemiza-sobre-filme-de-regina-case.html>.

²² <https://seejane.org/>.

seguida, revelar sua identidade e entregar o presente. O impacto viral dos depoimentos trazidos pelas campanhas na internet acabou ampliando as vozes de mulheres em *blogs*, *posts*, páginas, *memes* e vídeos, e nos sensibilizando a tomar consciência da dimensão histórica e social do problema do assédio e da violência contra as mulheres no país e no mundo. Articulações entre os movimentos feministas mundiais foram responsáveis por grandes protestos e greves em todo o globo. Plataformas de mobilização, como o *Avaaz*, por exemplo, ampliaram as políticas de representatividade, construindo parte desta possibilidade de cidadania conectada.

Por que são perseguidas nossas mulheres? Uma outra imagem trazida por nós refere-se ao mês de novembro de 2017, quando manifestantes se concentraram na porta do Sesc Pompeia, em São Paulo, local que sediou a conferência da filósofa Judith Butler no Brasil. A palestra foi alvo de intensa campanha online, incluindo *fake news*, *patrulha* nas redes sociais e disseminação do ódio por parte de grupos ultraconservadores, contrários ao que chamaram de “perigo das ideologias de gênero”, exigindo o cancelamento do evento. Em um dos cartazes dos manifestantes, a filósofa de maior repercussão mundial da atualidade era acusada de bruxaria e pedofilia. Este evento foi somado a uma série de episódios anteriores, ocorridos ao longo deste mesmo ano, de notória censura às manifestações artísticas e ao pensamento crítico no país. Pontuamos, nesse sentido, pelo menos três eventos expressivos: a censura a uma exposição chamada *Queermuseu – cartografias da diferença na arte brasileira*, no espaço do Santander Cultural, em Porto Alegre²³; a censura a um espetáculo teatral no qual a atriz transexual atuava no papel de Jesus Cristo²⁴; e a censura a uma performance nu ocorrida no Museu de Arte Moderna de São Paulo²⁵.

Afinal, por que morrem nossas mulheres? A vereadora Marielle Franco (PSOL) foi executada a tiros no dia 14 de março de 2018, quando voltava de um encontro de mulheres no centro da cidade do Rio de Janeiro. Ela tinha forte atuação na área de direitos humanos e somava em sua luta causas como as das periferias marginalizadas, luta contra as milícias no Rio de Janeiro, luta a favor dos direitos das mulheres negras e do movimento lésbico e LGBTQI+. O forte teor político envolvido na morte da ativista gerou forte comoção entre os movimentos feministas e populares, viralizando a *hashtag* #MariellePresente. No início do ano de 2019, a Mangueira foi campeã do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro com o tema “escola para ninar gente grande”, que coincidiu com os ânimos políticos exaltados e polarizados no país, logo após a vitória do presidente Jair Bolsonaro. O samba enredo se propôs a recontar a história do Brasil a partir da perspectiva das resistências negras e indígenas, de um passado violento e traumático de luta, da “história que a história não conta”. Em um dos trechos do samba, as mulheres são enaltecidas: “Brasil chegou a vez, de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, Malês...”. O samba homenageou as mulheres que lutaram

²³ Ver a reportagem em: <https://extra.globo.com/tv-e-lazer/santander-cultural-cancela-exposicao-queermuseu-cartografias-da-diferenca-na-arte-brasileira-21807796.html>.

²⁴ A atriz Renata Carvalho interpretou Jesus na peça *O Evangelho Segundo Jesus Cristo, Rainha do Céu* (2018), no Festival de Inverno de Garanhuns, em Pernambuco. A peça já tinha sido suspensa por decisão judicial em Jundiá um ano antes, como mostra a notícia disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/cultura/1532371217_501094.html.

²⁵ Ver a reportagem em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>.

contra a opressão de um passado colonial, racista e contra a ditadura militar no país, dentre elas Marielle Franco e Zuzu Angel. Hildegard Angel, filha de Zuzu e irmã de Stuart Angel, representou os familiares dos desaparecidos políticos durante a ditadura. Já Mônica Benício, viúva de Marielle, o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL) e o vereador Tarcísio Motta (PSOL) desfilaram também à frente da última ala da escola. O samba se tornou um hino simbólico de resistência contra o retorno de forças autoritárias ao poder, evocando um passado traumático reprimido e socialmente mal elaborado, justamente porque os assassinos nunca foram punidos. O desfile vencedor do carnaval reforçou as lutas anteriores dos movimentos das ruas e das redes pelo #EleNão, #EleNunca, #EleJamais, #OsFilhosDeleTambémNão, #MarielaPresente.

Nossa próxima imagem é a de Duda Salabert, primeira candidata travesti ao Senado de Minas Gerais na eleição de 2018, na época candidata pelo PSOL. Ela teve representação profundamente expressiva, tendo recebido 351.874 votos, ficando em 8º lugar na disputa pela cadeira do estado. Como ela mesma nos disse, em sua visita a Diamantina em 2019, ela teve voto em todas as cidades do estado de Minas Gerais e participou da campanha para disputar ideias e campos simbólicos. Duda é professora de Literatura em uma escola particular e criadora da ONG *Travest*, em Belo Horizonte. Num país em que a expectativa de vida de uma travesti é de apenas 35 anos, Duda soma uma série de lutas neste panorama dos feminismos da diferença: contra Bolsonaro, é ativista do direito dos animais, do ecossocialismo, luta contra o machismo, o racismo, o capitalismo, a LGBTfobia e a transfobia. Recentemente, Duda pediu a sua desfiliação do PSOL, acusando o partido de “transfobia estrutural” e “perspectiva antropocêntrica”, deixando as pautas da causa animal e ecológica em segundo plano. Ativa nas lutas atuais, ela vem militando dentro e fora das mídias sociais, apoiando as estratégias das marchas feministas também na *web*, como as militâncias envolvendo as *hashtags* #EleNão #EleNunca e #PrimeiroAssédio, cujas experiências passaram pela divulgação em larga escala de depoimentos pessoais de mulheres de toda parte que se tornaram públicos para afetar o outro e criar relações de empatia pela diferença. Nesse sentido, as *hashtags* se tornaram uma ferramenta dos feminismos para além das fronteiras do Estado-nação, a exemplo de: #ForaTemer, #AgoraQueSãoElas, #NãoMereçoSerEstuprada, #NãoÉNão, #MexeuComUmaMexeuComTodas, #ForaBolsonaro.

Finalizamos o destaque pontual para a imagem de mulheres expressivas na trajetória recente do país recordando ainda da figura de Sônia Guajajara, líder indígena brasileira. Sua militância tem passado por ocupações e protestos em favor da demarcação de terras na Amazônia e articulação dos povos indígenas no Maranhão. Ela foi coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e a primeira mulher de origem indígena pré-candidata à presidência em 2018, pelo PSOL, na condição de vice-presidente do candidato Guilherme Boulos (PSOL/MTST).

Procuramos mostrar, através de um breve resgate histórico recente, a insurgência das lutas feministas nas telas e nas ruas, finalizando com a imagem de Conceição Evaristo, como uma espécie de representante de um grupo expressivo de escritoras contemporâneas que vêm criando espaços alterativos de luta no plano simbólico e desafiando as narrativas hegemônicas, sobretudo através de uma forma positivada de criar personagens negras em

nossa literatura. A presença de escritoras negras e a discussão sobre a literatura e a crítica feminista têm criado *hackeamentos* possíveis em espaços tradicionais, como festivais literários, feira de livros, provas de vestibulares, escolas e universidades. A escritora ganhou enorme popularidade nos contextos mais recentes, com inúmeras publicações traduzidas para vários idiomas, nas quais explora a condição da mulher negra através de personagens femininas emblemáticas. Ela teve a maior campanha popular da história para que fosse a primeira escritora negra a assumir este local simbólico na Academia Brasileira de Letras (2018), mas acabou perdendo a cadeira número 7 para o cineasta Cacá Diegues.

A tessitura de outras escolas: por uma cidadania conectada e *hackeada*

As escolas públicas do Brasil e o sistema de ensino que as legitimam como um espaço de educação formal deveriam ser o principal alvo de atenção para aqueles que pretendem compreender as estruturas de poder que regem a sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo em que destacamos a vitalidade dos movimentos feministas e a possibilidade de um *hackeamento* das estruturas hegemônicas nas formas de organização fortalecidas pela rede, vivemos um momento político de retorno ao conservadorismo dominante: tentativa de implementação de projetos como o da Escola Sem Partido; censura das artes, dos currículos e das salas de aula; militarização das escolas; ataque aos artistas, à ciência, às universidades e pesquisadores, e guerra declarada ao que passaram a chamar equivocadamente de “ideologia de gênero”; além do ataque a pensadores consagrados, como Paulo Freire e Milton Santos. Diante disso, assistimos a um patrulhamento ideológico, censura a provas, a práticas educativas, a filmes e livros didáticos, seguido de um sentimento de medo institucionalizado, ações que reforçam o risco de uma sala de aula uniformizada, normatizada, mercadologizada, com a burocratização do conhecimento e das relações humanas.

A crítica feminista e os estudos de gênero vêm problematizando discussões sobre identidade, alteridade, relações de afeto e de prazer, discutindo a existência de epistemologias diversas daquelas euro centradas – que foram a base dos currículos homogeneizantes e disciplinares de nossas instituições de ensino –, formas de conhecer que dialogam muito mais com a história da América Latina, resgatando saberes culturais e discursivos que foram subalternizados, como os dos povos indígenas e africanos, por exemplo, procurando lidar com as práticas humanas de forma mais holística. Para que sejamos capazes de descolonizar nossos currículos e pensamentos, por um lado, torna-se necessário identificar como se dá a relação entre margem e centro no modo de se determinar quais temas deveriam ser trabalhados por professores e estudantes em suas salas de aula (hooks, 2013), como lidar com os conflitos relacionados aos temas e organizações impostos pela estrutura hegemônica? Como pensar as diferenças na construção de identidade desses alunos, no modo como são atravessados socialmente pela discriminação de raça, classe, orientação e prática sexual, nacionalidade, identidade de gênero, entre outras? Como aproximarmos a história de vida desses alunos e o interesse em refletirem sobre suas próprias práticas de vida? Qual a função que a escola deveria ocupar na vida dessas pessoas? Por outro lado, dentro de uma estrutura ainda moldada pelos valores da meritocracia neoliberal etapista e excludente, de corpos disciplinados e sem perspectiva de futuro, professores mal

remunerados e desvalorizados, currículos disciplinares homogeneizantes, centrados na acumulação de informações e aulas expositivas, seria possível ainda apontarmos para a construção de práticas democráticas, de uma cidadania conectada? Educadores e educadoras poderiam *hackear* a estrutura colonizadora das escolas junto a seus alunos, em um movimento que possibilite a existência de transgressões a este modelo instituído?

Poderíamos, a partir de especulações dessa natureza, imaginar a criação de uma espécie de reprogramação baseada na *ética hacker*, que Malcolm X chamou de “descolonização de nossas mentes e imaginações”: aprender a pensar e a ver tudo com “novos olhos”, a fim de entrar na luta como *sujeitos* e não como *objetos* (HOOKS, 2013 apud KILOMBA, 2019, p. 69). Esse processo de inventar de novo, citado por Grada Kilomba em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano* (2019), traz à tona o argumento de bell hooks sobre o processo que emerge quando o indivíduo toma consciência sobre a operacionalização das estruturas de dominação:

Estruturas de dominação trabalham na sua própria vida, à medida que são desenvolvidos pensamento e consciência crítica, à medida que inventam hábitos novos e alternativos de ser e à medida que se resiste a partir desse espaço marginal de diferença definido internamente (HOOKS, 1990, p.15).

Seria nessa tomada de consciência de um espaço marginal de diferença que agentes culturais, como professores, professoras, alunos e alunas, poderiam criar a possibilidade de devir como um novo sujeito (Kilomba, 2019, p. 69). O desenvolvimento de uma *ética hacker* torna-se necessário em novos ambientes, e talvez seja por isso que manifestações contra hegemônicas nasçam com maior frequência nas redes sociais, utilizando o algoritmo e a apropriação informacional com viés democrático para que exista então o acesso aos dados, tornando jovens protagonistas da liberdade de expressão e do combate às *fake news*.

A escola do futuro seria aquela que dialoga com a *ética hacker*: professores que emancipam novas visões de mundo poderiam ser considerados *hackers*. Educadores como *hackers* são aqueles que se apropriam daquilo que Pekka Himanen (2001) introduz em seu livro *A ética dos hackers e o espírito da era da informação, a diferença entre o bom e o mau hacker*. Segundo o dicionário de jargões *hackers*, *hackers* são definidos como “indivíduos que se dedicam com entusiasmo à programação”, no caso dos novos educadores, dedicam-se à reprogramação do sistema educativo. A definição continua dizendo que os *hackers* acreditam que “o compartilhando de informações é um bem poderoso e positivo, e que é dever ético dos *hackers* compartilhar suas experiências elaborando softwares gratuitos e facilitar o acesso a informações e a recursos de computação sempre que possível”. O conceito de *ética hacker* pode ser expandido além da ideia puramente tecnológica, já que o impacto das ações de um agente como esse reverbera em toda sociedade, promovendo acesso ao conhecimento e libertando a consciência aprisionada daqueles que vivem à margem.

A atitude de educadores *hackers* seria justamente a de realizarem aquilo que Paulo Freire (2016) chamou de nova relação pedagógica a partir de uma tomada de consciência ou conscientização. Aquilo que emerge em forma de pensamento crítico para os estudantes traz de volta para os professores um papel de protagonismo (Freire, 2016, p. 126). Essas outras escolas possíveis estariam então baseadas na *ética hacker*, na vida coletiva, na cidadania e

na utopia. Educadores *hackers* seriam agentes culturais capazes de fazer dialogar novas alternativas a antigas questões. Marcus Bussey, em seu artigo *#HackFutures: Futurist As Hacker* (2017), comenta que aquele que busca reinventar a sociedade são atores que abrem novos caminhos para reconfigurar os velhos elementos, inserindo um novo “código”, um trabalho criativo para gerar futuros alternativos. McKenzie Wark em seu manifesto *A Hacker Manifesto* potencializa a noção de *hackeamento* como prática capaz de criar narrativas alternativas para as estruturas em que vivemos:

Hackers create the possibility of new things entering the world. Not always great things, or even good things, but new things. In art, in science, in philosophy and culture, in any production of knowledge where data can be gathered, where information can be extracted from it, and where in that information new possibilities for the world produced, there are hackers hacking the new out of the old (WARK, 2004, p.4).

O que está em jogo nesta nova ética cidadã é a possibilidade do livre acesso à informação, em valores centrados no compartilhamento, na descentralização do poder, na melhoria do mundo e da qualidade de vida das pessoas. Segundo Bussey (2017, p. 96), as narrativas são a chave de nossa identidade e os *hackers* possuem uma capacidade de modificar aspectos identitários do sujeito, em níveis culturais, sociais e individuais. *Hackear* visões de mundo seria um tipo de intervenção tanto ideológica quanto epistemológica.

Somente os seres que podem refletir sobre sua própria limitação são capazes de liberta-se desde, porém, que sua reflexão não se perca numa vaguidade descomprometida, mas se dê no exercício da ação transformadora da realidade condicionante. Desta forma, consciência de ação sobre a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador pelo qual homens e mulheres se fazem seres de relação (FREIRE, 2002b, p. 78).

O ato de consciência integrada à ação pode modificar a realidade, já que o espaço virtual tem sido um lugar de disputa de narrativas (RIBEIRO, 2017, p.85). Sujeitos historicamente discriminados encontraram nos novos meios de comunicação um lugar para existir e resistir ao criarem conteúdos emancipadores para *sites*, *blogs*, redes sociais, vídeos, nos quais se apropriam do seu lugar de fala. Vozes dissonantes ainda lidam com as estruturas que dominam o acesso a esses meios em uma disputa pelas narrativas, já que expressar-se de forma livre ainda não é um direito garantido a todos, em função do condicionamento material e histórico da própria noção de liberdade. Mesmo diante dos limites de acessos, segundo a autora, seria nas redes – ou em exemplos como o do *midialivrisimo* – que sujeitos marginalizados vêm produzindo ruídos e rachaduras nas narrativas hegemônicas, resistindo à violência do silêncio histórico a eles imposto.

Finalizamos nossas considerações sinalizando esta ampliação de terrenos das lutas e movimentos feministas em todo país, sejam eles físicos, simbólicos ou virtuais. Se as lutas feministas têm avançado persistentes no campo escolar, político e social, inclusive das mídias sociais, é certo que temos ainda enormes desafios pela frente, sendo um deles o de se pensar a própria questão da representatividade nos contextos atuais, pois, a exemplo de

Dameres Alves, atual Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não basta ser mulher para atender à representação coletiva de nossas pautas de lutas por mudanças estruturais da sociedade. De alguma forma – sem recairmos no erro perigoso de redução dos acontecimentos políticos e de suas interpretações, que são profundamente complexas –, acreditamos que o compartilhamento em rede mais recente, as democratizações de acesso ao ensino superior e o despertar mais enfático para essas lutas não retrocederá, porque por maior que sejam os mecanismos de repressão dominantes, uma vez despertada em nós a consciência sobre a natureza das opressões – que nos silencia, que nos mata e nos impede de sonhar –, o desejo de transformação social e de liberdade criará novas esperanças e novas utopias.

Referências Bibliográficas

- MORAGA, C.; Anzaldúa, G. *This bridge called my back: Writings by radical women of color* (4th ed.). Albany, NY: State University of New York Press, 2015.
- BENTES, Ivana. *Hackear, narrar: As novas linguagens do ativismo. In: Mídia-multidão: Estéticas da comunicação e biopolíticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2015.
- BOGADO, Maria. Rua. In: *Explosão feminista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- BOITO JR, Armando. *Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT*. Campinas: Editora Unicamp / Editora Unesp, 2018.
- BUSSEY, Marcus. #HackFutures: Futurist as Hacker. In: *Jornal of Futures Studies*, September, 2017, 22(1), p.89-96.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*.
- COSTA, Cristiane. Rede. In: *Explosão feminista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. São Paulo: Cadernos De Campo, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade. E outros escritos*. 10 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002b.
- FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez, 2016.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4 ed. 1998.
- HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX*. In: SILVA, Tomaz T. (Org.). *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- HIMANEM, Pekka. *A ética dos hackers e o espírito da era da informação a diferença entre o bom e o mau hacker*. Pekka Himanem, td. Fernanda Wolff - Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista*. São Paulo: Cia das Letras, 2018.
- HOOBS, bell. *Feminist Theory: From Margin to Center*. Second Edition. London: Pluto Press, 2000.
- HOOBS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

- HOOKS, bell. Feminismo como prática democrática. In: CÁSSIO, Fernando (Org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HOOKS, bell. *Killing Rage. Ending Racism*. New York: Owl Books, 1995.
- HOOKS, bell. *Yearning. Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South End Press, 1990.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. Technologies of gender, Indiana University Press, 1987.
- RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno Paes; NOVAES, Willian. *Mascarados: A verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- WARK, McKenzie. *A hacker manifesto*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

Arquivos digitais:

Espero sua re(volta) (2019). Documentário. Brasil. Direção de Eliza Capai.

Kbela (2015). Curta-metragem. Brasil. Direção de Yasmin Thayná. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LGNIn5v-3cE>. Acesso em janeiro de 2020.

Lute como uma menina (2016). Documentário. Brasil. Direção de Flávio Colombini e Beatriz Alonso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8OCUMGHm2oA>. Acesso em: dezembro de 2019.

Que horas ela volta? (2015). Filme. Brasil. Direção Anna Muylaert.

Surplus: Terrorized Into Being Consumers (2003). Direção de Erik Gandini. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bXmuWecIQos>. Acesso em janeiro de 2020.

Fernanda Valim Côrtes Miguel

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFVJM.

E-mail: fernanda.v.c.mig@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8336-738X>

Igor Amin Ataídes

Educador Audiovisual. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da UFVJM.

E-mail: igoraataides@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6851-2983>